

Estados devem R\$ 76 bilhões à União

CRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — Ainda embalada nas comemorações da vitória nas eleições, a maioria dos 27 novos governadores encontrará nas finanças de seus estados motivos suficientes para mudar de humor: dívidas astronômicas com o governo federal, o mercado e os credores externos, herdadas de seus antecessores. Juntos, os 26 estados e o Distrito Federal devem R\$ 76 bilhões, equivalentes a mais da metade da dívida externa brasileira.

Só o estado de São Paulo, que será governado pelo tucano Mário Covas, deve mais da metade da conta total dos estados. "O senador Covas vai levar pelo menos dois anos para colocar a casa em ordem", calcula Clóvis Carvalho, secretário executivo do Ministério da Fazenda e ex-secretrário do Planejamento do estado no governo Franco Montoro (1983-86). Calculada em US\$ 30 bilhões, a dívida paulista cresceu escandalosamente com a dupla Quéricia-Fleury Filho à frente do governo estadual. Em apenas seis anos, aumentou 161%.

O Rio de Janeiro, com um débito total de US\$ 4,2 bilhões, é o terceiro estado mais endividado do país. Não fosse a dívida do metrô, estimada pelo governo federal em US\$ 2,8 bilhões, a saúde financeira do estado estaria em melhores condições. O *imbróglio* aqui é que o governo estadual não quer pagar a dívida do metrô. A União, por sua vez, até aceita assumi-la desde que o município do Rio, numa operação triangular com o esta-

do, assumo o controle da deficitária CBTU.

O problema da falência dos estados é tão grave que já chamou a atenção do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, que, num pronunciamento à Nação, na última quinta-feira, avisou que tomará medidas duras para sanear as finanças dos estados.

A preocupação se torna ainda maior porque ele sabe, como ex-ministro da Fazenda, que a situação pode prejudicar o Plano Real. Sem o equilíbrio das contas públicas, profetizam os economistas pais do real, o plano naufragará.

O perigo é maior quando bate — e sempre bateu — na saúde financeira dos bancos estaduais, utilizados ao bel prazer dos governadores para financiar gastos dos governos, algo que a lei proibia, mas que ninguém nunca cumpriu, e também para carregar a dívida dos estados. Este problema foi parcialmente resolvido depois que, aconselhado por Clóvis Carvalho, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique, ameaçou punir os administradores dos bancos estaduais com a Lei do Colarinho Branco.

Os estados mais pobres da Nação só têm dívidas com o governo federal e estão, por isso, numa situação mais confortável. Isto porque, ainda no período de Fernando Henrique na Fazenda, a dívida dos estados com a União, avaliada em US\$ 18,3 bilhões, foi renegociada e rolada por um prazo de 20 anos.

Fotos Arquivo



Covas e Marcello: dívidas astronômicas junto ao governo federal

O ROMBO NOS ESTADOS

Acre	219.938	Paraíba	659.243
Alagoas	396.361	Pernambuco	782.246
Amazonas	628.747	Piauí	510.619
Amapá	35.841	Paraná	1.311.754
Bahia	2.173.108	Rio de Janeiro	4.258.198
Ceará	1.208.600	Rio G. do Norte	389.009
Dist. Federal	300.260	Rondônia	106.252
Esp. Santo	304.471	Roraima	31.488
Goiás	1.502.769	Rio G. do Sul	3.080.334
Maranhão	866.522	Santa Catarina	1.541.567
Minas Gerais	4.948.377	Sergipe	159.933
Mato G. do Sul	1.073.346	São Paulo	30.000.000
Mato Grosso	1.152.878	Tocantins	49.738
Pará	369.777	Total	58.061.376

* Em US\$ milhões. Inclui dívidas mobiliária (em títulos), contratual (com o governo federal e o setor privado) e externa.

Fonte: Balanço Geral dos Estados/Secretaria do Tesouro Nacional

JORNAL DO BRASIL